

EMPREGADOS OU NÃO NA ÁREA DE FORMAÇÃO? UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS FORMADOS POR UM INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Is it employed or not in formation studied? A look about the graduated of Technology Superior Course in Chemisty of Natural Products trained by the Federal Institute Education in State of Rio de Janeiro.

Gilton Francisco Sousa de Andradeⁱ [gilton.andrade4@gmail.com]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Secretaria de Ensino Superior, Rua Lúcio Tavares, 1045 – Centro – Nilópolis.

Submetido em: 06/04/2009 Aprovado em: 07/06/2009

RESUMO

Este texto, além de verificar se os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Química de Produtos Naturais, ingressantes no ano de 2004, formados por um Instituto Federal de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, estão ou não empregados na área de formação, utilizando-se, para tanto, um questionário como instrumento de coleta de dados; também apresentará um breve enfoque acerca da relação entre trabalho, mercado de trabalho e currículo.

Palavras-chave: egressos; mercado de trabalho; currículo; trabalho.

ABSTRACT

This text beyond to verify if the graduated of Technology Superior Course in Chemistry of Natural Products, entering in 2004, trained by the Federal Institute Education in State of Rio de Janeiro are not employed or in formation studied, using, for as the questionnaire as a tool for data collection, also introduces a brief focus on the relationship between work, the job market and curriculum.

Keywords: graduated; job market; curriculum; work.

INTRODUÇÃO

Em um mundo do trabalho em constante transformação, marcado pela competitividade, pela concorrência exacerbada, pela busca da qualificação, pela pedagogia das competências (RAMOS, 2002), aliada ao incremento na produção das novas tecnologias da automação e informatização, cabe a nossa investigação, ainda que não aprofundada, sobre os alunos e alunas que colaram grau em 2007 por um Instituto Federal de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, no curso Superior de Tecnologia em Química de Produtos Naturais. Essa investigação busca informações sobre a situação desses ex-discentes, tendo como prioridade certificar se os mesmos encontram-se empregados ou não na área em que se formaram. Perceber esse movimento de entrada ou não do recém-formado no mercado de trabalho possibilita-nos verificar, ainda que não de forma ampla, a tendência, perspectiva e evolução do mercado para a área pesquisada.

A instituição educacional deve atentar para esse fato, realizando pesquisas, principalmente com os seus egressos, de forma a vislumbrar o cenário produtivo e a situação do jovem dentro desse contexto. A partir desse conhecimento, pode-se repensar a estrutura curricular do curso. O que se pode mudar? Quais as sugestões dos egressos de acordo com a vivência destes na prática? A grade curricular suscita uma formação que posicione criticamente o jovem diante de um mercado competitivo e explorador? As perguntas são pertinentes e cabíveis, pois o sistema educacional não deve ficar alheio às transformações providas do campo do trabalho, bem como às situações adversas no que tange a direitos e deveres de empregado e empregador.

Na verdade, há uma relação intrínseca entre o trabalho e a educação; e a própria LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - em seu artigo 2º, prevê tal relação: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Evidente, consideramos de suma importância que essa qualificação para o trabalho não seja delineada de forma apenas técnica, visando somente à inserção no meio de produção, no intuito de produzir e atender às demandas do mercado de trabalho. Faz-se necessário, para tanto, para além da formação específica, uma formação humana. Sob essa ótica, Saviani (2003) defende a idéia de politécnica. Segundo esse autor “a noção de politécnica se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”. (p.136).

Trazar essa citação para esse texto significa dizer que a educação tem o sentido de formar o ser humano de forma plena, considerando as ciências, a tecnologia, a cultura, como partes integrantes dessa formação. Não se pode então sujeitar o jovem-trabalhador aos ditames do trabalho alienante, a ponto deste se reduzir a objeto de troca e venda no mercado. Assim sendo,

Pensar a ciência e o desenvolvimento científico-tecnológico, no contexto da realidade social e econômica em que vivemos, significa pensar o conhecimento na história da produção social da existência humana, nas suas diversas temporalidades. Implica localizar, datar, buscar limites, relações explícitas e implícitas, entender os acontecimentos e suas transformações. Significa estar atento não apenas às relações de causa e efeito, variáveis, fatores, tão ao gosto das ciências matemáticas e da natureza, mas às mediações e contradições articuladas em totalidades sociais, como partes de um contexto que dá sentido e significado ao conhecimento, e evidencia as formas de seu uso e apropriação.(CIAVATTA, 2006, p.924).

Nesse sentido, o conhecimento não deve ser fragmentado, reduzido à lógica mercantilista. Torna-se imprescindível reconhecer o homem-cultural, o homem-social, o homem-trabalhador, o homem-político, enfim, o homem em interação com o mundo numa relação dialética.

Por outro lado, dentro do mercado de trabalho, o empregador quer o empregado produzindo, acima de quaisquer relações humanas e sociais. Esse senso crítico não deve fugir aos nossos olhos sob pena de aceitarmos a nossa condição de explorados. Concernente a esse fato, é importante frisar que o mercado de trabalho gira em torno da oferta e da procura de empregos. Quando há uma grande quantidade de pessoas procurando emprego, essa procura é não só daqueles que estão desempregados, mas também dos que desejam outro emprego – prática rotineira dentro de um sistema marcado pela concorrência e pela competição. Dentro desse contexto, tornam-se cada vez mais marcantes as transformações no mundo do trabalho, cabendo, portanto, algumas indagações: O discente formado, seja em nível médio técnico, seja em nível superior, está preparado para enfrentar as adversidades oriundas do campo do trabalho? A instituição tem dado o devido suporte (orientação para estágio, orientação para formação continuada, por exemplo) para aqueles que estão se formando? O formando tem conhecimento do mercado em que, por ventura, ele poderá atuar?

São vários os questionamentos advindos, principalmente, de três partes envolvidas nesse processo: do formando, da instituição responsável pela formação do discente e da empresa que pretende contratar o formando – futuro empregado-profissional da área pretendida. A amplitude e a complexidade dessa realidade que vivemos e com que convivemos sinaliza o quanto é importante a formação do indivíduo na sua totalidade: formação para o trabalho e formação humana. Diante disso, torna-se imprescindível atentar para o currículo que norteia o curso e que, conseqüentemente, será a base para a formação do indivíduo. A pretensão desse pensamento diz respeito à atualização ou não do curso frente a realidade do contexto que o formando encontrará na sua vivência profissional. O currículo, portanto, é de suma importância para dirimir e conceber parâmetros norteadores do indivíduo que se pretende formar.

De um modo geral, do que foi relatado até o momento, é importante frisar que

As pessoas e organizações não nasceram juntas. As organizações escolhem as pessoas que desejam como funcionários e as pessoas escolhem as organizações onde pretendem trabalhar e aplicar seus esforços. Trata-se de uma escolha recíproca que depende de inúmeros fatores e circunstâncias. (CHIAVENATO, 2004, p.102)

Entretanto, deve-se mencionar que, em face do desemprego estrutural presente no sistema capitalista, muitas vezes, as pessoas não têm condição de escolha, sujeitando-se aos mandos e desmandos do dono dos meios de produção. É um grande dilema ter que decidir se manter empregado em outra área ou continuar desempregado à procura de uma oportunidade na área em que se formou. Nesse sentido, deve haver um canal de diálogo entre a instituição de ensino e o jovem, durante o período de formação deste, de modo que haja uma preocupação com o conhecimento do mercado, com os variados campos de atuação, com a compreensão e a visão do jovem diante da relação entre atuação, mercado de trabalho e formação; com a avaliação e posicionamento crítico da instituição em face do cenário apresentado. Quando se fala aqui em posicionamento crítico da instituição, remete-se, principalmente, à construção curricular do curso. Como foi elaborado o currículo? Qual a formação que se pretende alcançar? Sob esse aspecto, Moreira e Silva (1995, p.8) dão a seguinte informação:

O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Nota-se que o currículo tem influência *sine qua non* na formação do indivíduo e, por isso, ao organizá-lo, planejá-lo e pô-lo em prática, além de atender as competências científicas e tecnológicas, deve-se atentar para as questões sociais, políticas, econômicas, culturais para que haja um posicionamento mais crítico da pessoa diante da realidade que se apresenta.

O panorama ora relatado não pretendeu ser minucioso, apenas teve a intenção de fazer uma breve reflexão acerca das relações que envolvem o trabalho, o mercado de trabalho e o currículo, que se apresentam como pontos fundamentais e que precisam ser trabalhados de maneira intensa numa perspectiva crítico-dialógica dentro do ambiente educacional. Assim, neste momento torna-se necessário ter conhecimento do curso em foco.

O CURSO

O curso Superior de Tecnologia em Química de Produtos Naturais iniciou-se em um Instituto Federal de Ensino do Estado do Rio de Janeiroⁱⁱ - RJ, no ano de 2004, disponibilizando 36 vagas para o 1º semestre e 36 vagas para o 2º semestre, com carga horária mínima de 2.400 horas, podendo ser concluído em seis semestres. Cabe salientar que a referida carga horária segue as normas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), conforme indicado no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores em Tecnologia em cumprimento ao Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, artigo 5º, § 3º, inciso VI, que atribui a seguinte missão para a SETEC: “elaborar catálogo de denominações de cursos superiores de tecnologia, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia.” No catálogo de 2006, não se encontra o Curso Superior de Tecnologia, que compõe esse trabalho, porém isso não o torna irregular, devendo-se para tanto, observar o reconhecimento do curso, autorização e renovação de reconhecimento. É importante frisar que o catálogo não é um documento rígido e acabado e, portanto, pode sofrer alterações, atualizações, com possibilidades de inclusão de novos cursos. Essa previsão está contida no inciso VII do artigo acima descrito, conforme segue: “apreciar pedidos de inclusão e propor ao CNE a exclusão de denominações de cursos superiores de tecnologia do catálogo de que trata o inciso VI.”

Mediante o exposto, cabe ressaltar que os documentos oficiais são instrumentos essenciais para um posicionamento crítico acerca do objeto de estudo relacionado com os mesmos. Considera-se vulgar emitir opiniões/críticas sobre determinado curso não apoiadas nos decretos, leis, etc. relacionados a sua criação sem as devidas relações políticas, econômicas e sociais envolvidas no processo. Entender esse contexto parece relevante tanto para os docentes que ministram aulas nesses (cursos), em termos de planejamento, criticidade da ementa curricular e do processo avaliativo; quanto para os discentes, para que estes possam compreender o curso a partir da legislação de que trata o assunto, suscitando, desse modo, questionamentos que possam levar a esclarecimentos fundamentais para que o aluno possa ter um conhecimento prévio do curso que pretende fazer. Assim, tendo ciência dos documentos oficiais que permeiam o curso, há possibilidade de uma análise teórico-prática. Nesse sentido, por exemplo, pode-se questionar se a carga horária mínima estabelecida nos catálogos é suficiente para atender o que informa o artigo 6º, inciso 1º da Resolução CNE/CP 3, de 18/12/2002, que diz: “A organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.”

Diante da explanação, convém situar o objetivo do Curso Superior de Tecnologia em Química de Produtos Naturais, conforme indicado no site do instituto ora ofertante:

Formar profissionais capazes de desenvolver, aplicar e gerenciar processos de produção de bens e serviços em química de produtos naturais e áreas afins, viabilizando o desenvolvimento de tecnologias capazes de agregar valor a produtos naturais de interesse comercial e/ou desenvolver produtos inovadores para o mercado, bem como a preservação e uso sustentável da biodiversidade. (www.ifrj.edu.br, acesso em 15 de abril de 2008).

Assim, pela percepção da lei, em comparação com o objetivo do curso em foco, cabe a indagação: Que formação pretende-se para o jovem futuro tecnólogo? Caso seja meramente voltada para o mercado de trabalho, como observado na citação acima, torna-se necessário rever a proposta a partir de uma concepção de homem que deva ser um sujeito ativo e transformador dentro do contexto social. Evidentemente, os cursos superiores têm a intenção de formar o jovem para o mercado de trabalho. Essa é uma lógica normal e não poderia ser diferente. Até porque a sociedade, direta ou indiretamente, aguarda esse retorno (formação para empregabilidade) das Instituições de Ensino Superior. Porém, como se tem colocado ao longo desse texto, que não seja somente para esse fim, pois se concordarmos com a idéia de atender apenas ao mercado de trabalho estaremos nos esquecendo do indivíduo como ser histórico, social e político.

O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O Curso Superior de Tecnologia em Química de Produtos Naturais é recente no Instituto de Ensino em referência, como são os demais cursos superioresⁱⁱⁱ dessa instituição. Por isso, a necessidade de analisar o curso em relação ao mercado de trabalho. Sendo assim, nada mais oportuno que trazer para este trabalho a situação (empregado ou não na área de formação) do egresso do curso em foco. Evidentemente, o egresso que esteja trabalhando na área de formação poderá contribuir qualitativamente com este trabalho a partir do preenchimento do questionário, de forma fidedigna, e de sugestões que estará apto a dar no fim desse questionário.

A pesquisa em foco conta com a colaboração de ex-alunos do curso de Tecnologia em Química de Produtos Naturais, que são oriundos da primeira turma de matriculados no ano de 2004. Nesse ano, o Instituto Federal de Ensino que temos analisado disponibilizou 72 vagas para ingressantes no referido curso, sendo 18 das vagas destinadas aos candidatos que foram aprovados pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e 54 para aqueles que foram aprovados pelo vestibular.

Nesse sentido, postulando vislumbrar, de forma mais ampla, o trabalho em foco, alguns dados são considerados relevantes. Dos 72 alunos matriculados, 12 formaram-se em 2007; 17 trancaram a matrícula; 11 ainda estão cursando; 01 desistiu; 28 abandonaram o curso; 03 cancelaram a matrícula. Para um melhor entendimento, cabe esclarecer alguns termos como trancamento, desistência, abandono e cancelamento: o trancamento significa o desligamento momentâneo (até o limite de 4 semestres) do curso pelo aluno; a desistência representa a abdicação do aluno pela vaga, mesmo este tendo efetuado a matrícula (esse caso é comum, no início do semestre, quando o aluno não comparece às aulas); o abandono acontece em casos em que o aluno cursa um, dois, três semestres e depois não aparece para fazer a inscrição em disciplinas; já o cancelamento representa a manifestação do aluno em não mais continuar no curso. Mediante o exposto, por um lado, salientamos para fins estatísticos, que somente os trancamentos não significam perdas efetivas para a instituição, uma vez que o aluno pode, dentro do prazo estabelecido retornar aos estudos; por outro lado, pelos números apresentados, conforme gráfico 1, as perdas efetivas são enormes, principalmente no que se referem aos abandonos. Então, indagamos: Quais os motivos de tantos abandonos? Por não ser esse o problema, nem o foco deste estudo, fica aqui a nossa sugestão para um futuro trabalho.

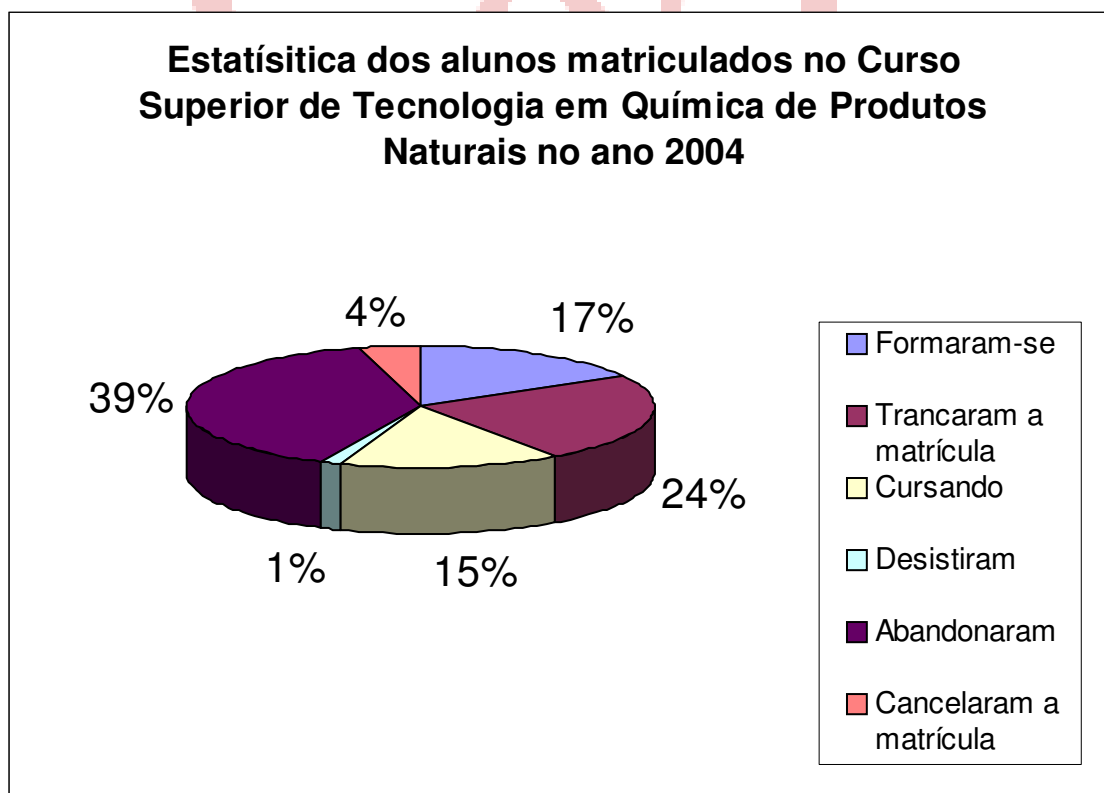


Gráfico 1

Dos alunos que trancaram a matrícula, 08 passaram para outra instituição; 04 não puderam continuar o curso por incompatibilidade de horário com o trabalho; 02 não informaram o motivo e 03 disseram não ter tempo disponível para continuar o curso. Um agravante, em relação aos trancamentos, melhor visualizado no gráfico 2, é a passagem do relativo desligamento do curso para a sua efetivação definitiva, caracterizando assim, uma evasão ainda maior e mais acentuada. Esta precisa ser estudada, analisada de forma a obter um parecer a partir da iniciativa de se (re)pensar políticas que diminuam a evasão de tantos jovens do espaço educacional, que repercute negativamente para o país. Dentro desse contexto, pode-se indagar: Como falar em crescimento econômico se não há profissionais formados e qualificados para impulsionar esse crescimento?

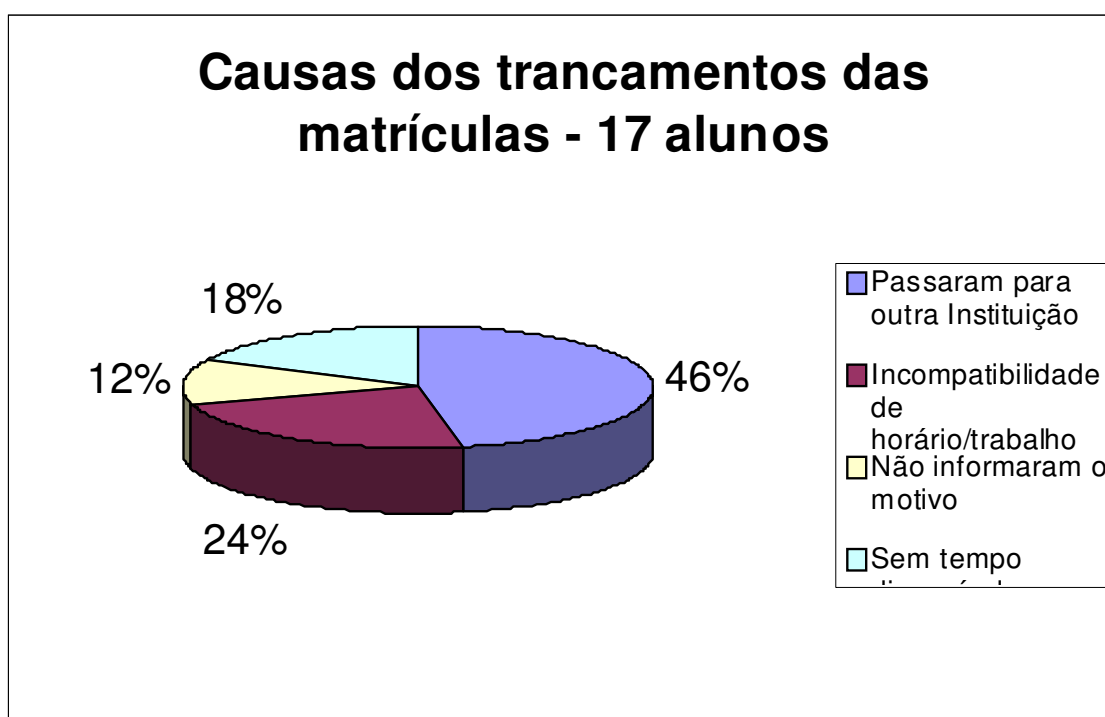


Gráfico 2

Em relação aos números aqui apresentados, torna-se importante informar que esses dados foram resgatados dos arquivos da Secretaria do Ensino Superior da instituição. Após um primeiro momento da explanação dos dados anteriores, pretende-se, no segundo momento, um “mergulho” propriamente na pesquisa.

Delineamos o nosso trabalho a partir da elaboração de um questionário, construído, primeiramente, por uma funcionária do Instituto, complementadas por sugestões do pesquisador. Os questionários foram preenchidos pelos egressos no momento em que recebiam o Diploma. Além dos dados dos egressos, o questionário era composto por perguntas como dados da empresa em que trabalhava (caso estivesse trabalhando); informações sobre retorno à escola para busca de enriquecimento curricular; informação sobre como conseguiu o emprego, caso estivesse trabalhando na área de formação; indicação do motivo de estar trabalhando fora da área de formação, se fosse o caso. Um questionário sucinto, mas que atendeu, para um primeiro estudo, ao objetivo traçado por esta pesquisa.

Dos alunos que preencheram o questionário, num total de 12, apenas 1 é masculino. Desse total, 07 estão trabalhando na área de formação; 03 estão fazendo mestrado na área e 02 não estão trabalhando na área. A inserção no emprego processou-se da seguinte maneira: 04 conseguiram o emprego por meio de rede de conhecimento (indicação de amigos, familiares etc); 01 por meio da Internet, 01 foi efetivado após período de estágio, 01 por intermédio de divulgação no mural do Instituto em foco. Do total, 02 alunas estão fora da área de atuação, uma por ter conseguido emprego em outra área e outra por não estar trabalhando. Algumas sugestões/críticas foram deflagradas por alguns alunos que contribuíram para a pesquisa. Dentre as informadas, podemos citar as seguintes: deficiência na disciplina de Determinação Estrutural; Introdução de disciplinas como Biologia Celular, mais ênfase nos compostos de origem marinha; maior divulgação do curso por parte do Instituto de Ensino, de maneira a facilitar o acesso do formando ao mercado de trabalho; busca de parcerias com empresas de forma a divulgar mais o curso.

Essa pesquisa traz dados relevantes sobre os quais se pode refletir. Primeiramente, o percentual relativamente positivo do número de egressos trabalhando na área de formação, apesar do quantitativo de pessoas formadas ser pequeno. Nesse sentido, podemos dizer que há um mercado de trabalho para os formados da área? Acredita-se que por um lado esse questionamento seja importante e, portanto, precise de um trabalho mais direcionado através de pesquisas de mercado; por outro lado, torna-se necessário vislumbrar perspectivas, gerenciando e dinamizando esses dados (decorrentes da pesquisa) para aqueles que ingressam no curso. As sugestões dos egressos, em termos de divulgação do curso, parcerias com empresas, são caminhos que podem ser concretizados e que certamente favoreceriam tanto aos estudantes e a instituição como às empresas envolvidas nesse processo. Em segundo lugar, outro dado interessante é a composição do curso por estudantes, na sua maioria do sexo feminino. Esses números ratificam os dados do INEP^{iv} – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira os quais revelam que, em 2004, as matrículas das mulheres em Institutos de Ensino Superior são de 56,4%. O terceiro aspecto importante, diz respeito à conquista do emprego, para a qual a rede de conhecimentos (relações sociais) é fundamental para o acesso ao posto de trabalho. Sobre essa confirmação (ainda que pequena, ratificamos), nota-se que, como afirma Silva (2005, p.161)

Pois, diferentemente do discurso apologético em torno das iniciativas "individuais" e "empreendedoras", como "conquista" de um emprego e o "sucesso profissional", a predominância é das formas "particularistas" (intermédio da família e amigos), em detrimento de outras maneiras, como o envio de currículo às empresas.

No caso das respostas à questão sobre o enriquecimento curricular, nota-se uma aproximação muito significativa do egresso com a Instituição que o formou, pois 83% dos formados dizem frequentar o ambiente institucional, de acordo com a subjetividade e a necessidade de cada um. Esse vínculo é importante na medida em que a Instituição pode ainda contribuir com a formação continuada do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com egressos pode ser um excelente mecanismo para relacionar teoria e prática quando o assunto trata-se de mercado de trabalho, na medida em que se percebe o ex-discente diante da realidade do trabalho propriamente dita. Sendo assim, as vivências retratadas pelos egressos, em termos de busca do emprego na área de formação, bem como o relato da experiência profissional, são subsídios importantes para se pensar para além da diplomação; compreender a importância do currículo do curso em consonância com a formação pretendida. Este estudo, é importante dizer, não almejou chegar a uma análise aprofundada acerca dos egressos diante do mercado de trabalho, apenas intencionou certificar se os alunos formados estavam ou não empregados na área de formação. Entretanto, apesar do pequeno número de egressos, nota-se que estes alcançaram resultados positivos não apenas por alguns estarem empregados mas também por outros procurarem a formação continuada, como o ingresso no mestrado, por exemplo.

Espera-se que essa pesquisa seja o começo de outras, e assim possa contribuir, qualitativamente, em termos de avanço curricular, formação humana e profissional, maior aproximação com o mercado de trabalho, através de parcerias e de divulgação do curso (promovendo feiras, por exemplo), e maior visibilidade da instituição perante a sociedade, de forma a ratificar o seu relevante papel na formação de jovens para a vida e para o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP, de 18 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2002.

CIAVATTA, Maria. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Ensino Superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.27, n. 96, Especial, p.911-934, out.2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 10 jan. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 7 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 529 p.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2 ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1995.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 320 p.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **REVISTA TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**. Vol.1, n.1, mar.03. pp.131-152.

SILVA, Mariléia Maria da. Formas de acesso ao emprego e origem social: o caso de egressos do ensino superior. QUARTIERO, Elisa Maria; BIANCHETTI, Lucídio (orgs.) **Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Cortez, 2005. 322 p.

ⁱ Pedagogo formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduado em Orientação Educacional e Pedagógica pela Universidade Cândido Mendes (IAVM) e Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

ⁱⁱ Para maiores informações sobre a Instituição em foco sugere-se acessar o site www.ifrj.edu.br

ⁱⁱⁱ Além do curso em foco, existem outros cursos de nível superior oferecidos pela Instituição até a presente (19/05/2008) Em Nilópolis: Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, Tecnologia em Gestão da Produção e Metrologia, Licenciaturas em Física, Química e Matemática e Graduação em Farmácia; na Unidade Maracanã: Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos.

^{iv} Para maiores informações cf. <<http://www.inep.gov.br/informativo/pdf/informativo127.pdf>>, Acesso em 06 jun. 2008